

Conselho pode dar reajuste

O Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) decidiu ontem que a Comissão de Encargos Educacionais estudará, em reunião marcada para as 14h00 de hoje, uma fórmula para agilizar a autorização de reajuste para escolas que se encontrem com a rentabilidade defasada. A decisão frustrou a expectativa dos representantes das escolas particulares, que esperavam levar uma resposta conclusiva à assembléia do setor.

O pedido de agilização foi feito em reunião de uma comissão de três membros do CEDF com dirigentes do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), ontem à tarde. O Sinepe desejava que o processo da autorização de reajuste fosse rápido o suficiente para que a cobrança do adicional pudesse ser feita ainda nos carnês emitidos em outubro, mas isto dificilmente acontecerá. Para isto, as escolas propuseram-se a enviar auditorias junto com as planilhas.

Proposta

A tendência é de que seja facilitado especialmente o caso das escolas que fizerem acordos salariais em separado com seus professores. Por uma proposta do presidente da Comissão de encargos, professor Júlio Gregório, as mensalidades de janeiro seriam divididas em duas partes: 70% referentes à folha de pagamento e 30% aos demais custos. Sobre a primeira parcela, seriam aplicados os percentuais de reajuste concedidos aos professores. Sobre a segunda, o IPC. Em outros casos, seria necessário um exame mais complexo das receitas e despesas, com base na contabilidade dos estabelecimentos.